



Associação dos Armeiros de Portugal

Exm^o Senhores e Senhoras,

Começo por agradecer o convite formulado à Associação dos Armeiros de Portugal para participação neste seminário e assim poder explicar, em pouco mais de 15 minutos, qual o papel da nossa Associação e em especial dos Armeiros no contexto da venda de armas de caça, de defesa e de tiro desportivo.

A **Associação dos Armeiros de Portugal** foi constituída em 1986, é uma associação sem fins lucrativos e de duração ilimitada, formada por pessoas singulares ou colectivas e tem por objecto a representação e defesa dos interesses das empresas associadas, tendo em vista o progresso técnico, económico e social.

Actualmente **representamos 96 associados**, num universo de cerca de 240 Armeiros com Alvará emitido pela DN PSP, sendo que entre os nossos associados estão os principais importadores e os maiores Armeiros do País.

A componente mais significativa da actividade económica dos Armeiros é, sem dúvida, aquela induzida pela caça.



Associação dos Amadores de Portugal

A **caça** é o mais ancestral desporto que está seguramente na genética humana, e que nos primórdios se praticava como subsistência e, até há bem poucos anos, continuava a sê-lo nas regiões pobres do interior do País.

Nos dias de hoje a caça como qualquer outra actividade sofreu alterações na forma de a praticar mas continua a ser uma actividade que ajuda as populações do interior do País a manter as suas economias com dignidade, seja no que concerne aos donos das terras, aos agricultores, aos produtores de caça e criadores de animais, aos estabelecimentos de dormida (residenciais, pensões ou hotéis), aos produtores de artigos artesanais, mas também, e em paralelo, no que diz respeito à actividade venatória que estimula e desenvolve uma panóplia de outras actividades económicas que contribuem para o bem estar de milhares de portugueses, motivos que deviam ser sobejamente tidos em consideração e avaliados quando se legisla.

Ainda no passado mês de Março o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Dr. Ascenso Simões, afirmou que o sector da caça é **uma actividade que rende 340 milhões de euros por ano** e que emprega directa ou indirectamente cerca de 13 mil pessoas, e acrescentava ainda que: “....são dados “conservadores”, uma vez que os valores relacionados com as zonas de caça turística “não estão ainda integrados”.



Associação dos Armeiros de Portugal

Como já alguém disse, estamos em presença de um sector de actividade que conta com menos adeptos e tem muito menos visibilidade mediática que o futebol, mas que tem as contas em dia com o fisco, quase sem subsídios do Estado e quase sem apoios públicos.

Também o sector do **Tiro Desportivo** é uma componente significativa da actividade comercial do Armeiro e que ajuda a compensar a quebra sazonal devido ao defeso da caça.

Será que alguns dos Senhores sabia que o jovem atirador português, João Paulo Azevedo, se sagrou **Campeão Europeu Absoluto na modalidade de Fosso Universal**, que decorreu há quinze dias em Granada, Espanha?

Será que a comunicação social deu alguma relevância ao facto da Selecção Portuguesa na modalidade de Tiro às Hélices ter revalidado o título de **Campeão Europeu** em Bolonha, Itália?

Será que alguém sabia que a Selecção Feminina se sagrou **Campeã da Europa em Compak Sporting**, também em Itália, competição que decorreu entre 11 e 14 de Junho?



Associação dos Amadores de Portugal

Não seria no **mínimo de louvar ou agradecer** o facto destes atletas dignificarem e projectarem o nome de Portugal?

Mas como são jovens que gostam de armas, nem se fala deles nem dos seus êxitos porque **falar de armas é politicamente incorrecto**, e os media, numa forma geral, confundem a normal e legal utilização de armas com o mau ou indevido manuseamento das mesmas.

Enfim, é este o País que temos e os media que suportamos....

Reconhecemos que a **Lei 5/2006** veio impor algumas normas que, em nosso entender, eram necessárias nomeadamente no que respeita aos cursos e exames a que qualquer utilizador de arma se deve sujeitar.

No entanto a forma e o tempo a que os candidatos se viram sujeitos além de incompreensíveis, têm sido altamente desmotivador, pelo que muitos têm optado por desistir da prática do seu hobby preferido.

E isto é visível pela redução do número de licenças de caça emitidas nos últimos anos, com uma **quebra de 16% no período de 2005 a 2009**, mas, é mais grave no número de Atiradores Desportivos inscritos na Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça e na



Associação dos Armeiros de Portugal

Federação Portuguesa de Tiro, onde se verificaram **quebras superiores a 60% no período de 2006 a 2009.**

De facto, a **actual legislação demasiado restritiva,** quanto à posse e uso de armas, tem sido altamente lesiva do normal funcionamento da caça e do tiro desportivo, porque os cidadãos se sentem discriminados e incompreendidos relativamente às dificuldades e à extrema morosidade processual a que são sujeitos.

Será que algum dos Senhores aqui presentes admite como razoável que um cidadão que tenha sido aprovado no exame para obtenção de licença de uso e porte de arma de classe C ou D, tenha requerido e pago a sua licença em Junho de 2008, **chegue a Junho de 2009, um ano depois, e ainda não tenha a licença emitida em seu nome,** a qual lhe daria o legítimo direito para adquirir a sua espingarda para ir à caça?

Para além da indignação que qualquer cidadão pode e deve sentir numa situação como esta, estamos perante mais um caso em que os Armeiros se sentem fortemente lesados porque não podem concretizar novas oportunidades de negócio.

Mas também a PSP deixou de antecipar **receitas importantes, na ordem de 200.000,00 Euros** em licenças e livretes, admitindo que



Associação dos Armeiros de Portugal

cada um dos 2.500 novos caçadores da época de 2008, comprava uma arma.

E o Estado podia já ter arrecadado **em IVA mais de 416.000,00 Euros**, se valorizarmos cada arma vendida a cerca de 1.000,00 Euros.

E se já tivessem sido realizados **os cursos de actualização aos cerca de 15.000 detentores de Licença B1** que solicitaram renovação de licença de uso e porte de arma, **a PSP teria já arrecadado mais de 3 milhões de Euros**.

Meus Senhores, só neste pequeno exercício há cerca de **4 milhões de Euros**, que poderiam já estar nos cofres do Estado.

Pergunto, onde está o célebre programa **“SIMPLEX, quanto mais simples melhor”**?

E onde está a bem intencionada orientação governamental de apostar no **desenvolvimento da Sociedade da Informação**?

O **SIGAE não funciona**? Arranje-se outra aplicação. Volte-se aos procedimentos manuais enquanto não se resolvem os problemas.



Associação dos Armeiros de Portugal

O **SIGAE e o servidor da Imprensa Nacional Casa da Moeda** não conseguem “falar” entre si? Improvise-se a transferência de ficheiros em suporte magnético com um estafeta motorizado.

É que todo este íterim de reorganização administrativa a que temos assistido, mais as restrições da Lei 5/2006, tem bloqueado a nossa actividade.

Há uma **redução de 14,5% nas renovações de licenças** de uso e porte de armas de caça (classes C e D), de detenção no domicílio e de tiro desportivo.

Assiste-se à quase completa **suspensão de emissão de novas licenças de uso e porte** de armas de defesa desde 2006.

Como consequência de todo este enquadramento as quebras nas vendas, para a generalidade dos Armeiros, chegaram aos **70% no período compreendido entre a entrada da Lei 5/2006 e o final de 2008**, sendo que desde **Janeiro de 2009 e até hoje as vendas praticamente pararam, nada se vende.**

Meus Caros Senhores, peço-vos que compreendam que **é impossível** a qualquer agente económico poder trabalhar com **prazos**



Associação dos Armeiros de Portugal

de libertação de mercadoria na ordem dos seis meses. Refiro-me aos pedidos de autorizações prévias e definitivas de transferência e/ou importação de armas.

Não há modelo económico que resista, por muito brilhante que seja o gestor, quando temos que **pagar a mercadoria aos fornecedores no acto de encomenda** e temos que ficar com essa mesma **mercadoria parada nos nossos armazéns** ainda mais alguns meses até a pudermos vender.

Naturalmente que esta situação, e outras que me escuso de trazer à colação, por já terem sido reportados ao Sr. Intendente Luís Peça Farinha, têm conduzido a **ao colapso da actividade empresarial** do Armeiro.

Muitos fecharam já as suas portas e aqueles que ainda resistem – cerca de 240 – **estão a passar graves problemas** devido por um lado à conjuntura económica, mas em grande parte às dificuldades e morosidades várias que se verificam nas concessões dos documentos necessários para a prática das actividades com o uso de armas, seja para caça, tiro desportivo ou defesa.

Neste contexto, poder-se-ia questionar, por absurdo, **se estes constrangimentos, que têm afectado o nosso sector de**



Associação dos Armeiros de Portugal

actividade, são deliberados ou se obedecem a outros desígnios de superior interesse estratégico-pacifista, em prejuízo da sobrevivência económica dos Armeiros portugueses.

Sinceramente, não creio, porque seria mais um pequeno contributo para estagnar a economia do País, era o Estado que deixava de ser remunerado em sede de IVA e de IRC, era a DN PSP que deixava de ter uma fatia muito significativa da sua receita, era o aumento do desemprego e o aumento de despesa do Estado com o Fundo de Desemprego.

Então **quem beneficia com este estado da arte?**

Ninguém.

Pelo que **é urgente, melhor dizendo premente, que as entidades competentes tomem medidas** para responder imediatamente à grave situação em que nos colocaram, precisamos de medidas concretas, basta de placebos.

Não tenhamos dúvidas vamos continuar a assistir à proliferação do **tráfico ilegal de armas** enquanto a **Criminalidade Organizada transnacional continua a implantar-se**, porque são factores exógenos, que Portugal dificilmente conseguirá eliminar. Estamos



Associação dos Armeiros de Portugal

perante um novo paradigma que tem obrigado os Estados Europeus e as Forças de Segurança a reformular os seus conceitos de defesa e segurança, aliás como está expresso no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2008.

Mas permitam-me que a **propósito do tráfico ilegal de armas cite o** Relatório Anual de Segurança Dezembro 2008, pág.22, publicado pelo Observatório da Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo:

“Em Portugal existe um expressivo e diversificado mercado paralelo de armamento ligeiro, cujo controlo tem vindo a merecer por parte das entidades responsáveis especial atenção sobretudo nos últimos meses. Conforme notícias publicadas na imprensa diária, a PSP, entidade responsável pela emissão de licenças de uso e porte de arma, não emitiu uma única licença desde a aprovação do novo regime das “armas e suas munições”, de 2006 até à data. Tal situação merece ponderação, na medida em que existem sinais de que o cidadão comum, que apenas pretende sentir-se mais seguro, começou a recorrer ao circuito paralelo, incorrendo num crime de posse de arma ilegal, por se ver impedido de a adquirir legalmente, apenas por questões burocráticas, a sua arma de defesa.”

Meus Caros Senhores, **deixem-nos trabalhar** e certamente com a nossa humilde colaboração poderemos contribuir para um melhor controlo da utilização das armas.

Porque os Armeiros são em primeira linha as entidades que regulam a venda e a utilização de armas em Portugal, pois é junto destes que



Associação dos Armeiros de Portugal

num primeira momento os cidadãos se dirigem para o primeiro contacto com uma arma, para um aconselhamento sobre o seu funcionamento e sobre a escolha a tomar.

O Armeiro não é somente a entidade comercial que em dado momento vende um produto. O Armeiro torna-se a maior parte das vezes um amigo e por vezes até companheiro em jornadas de caça.

Era o Armeiro que, até há bem pouco tempo, tratava inclusivamente de toda a documentação necessária com o objectivo de facilitar a vida ao futuro utilizador de arma.

É aos estabelecimentos comerciais dos Armeiros que os Caçadores e Atiradores Desportivos, novos ou velhos, se deslocam e trocam histórias e vivências próprias da caça ou do tiro desportivo.

Todo este envolvimento leva a que os Caçadores e Atiradores Desportivos depositem em nós a esperança de que sejamos portadores dos seus desalentos e a sua voz junto das entidades orientadoras e fiscalizadoras de toda a problemática das armas.

Meus Caros Senhores, **bons e maus há em todo o lado.**



Associação dos Armeiros de Portugal

Há bons e maus Armeiros, como há bons e maus polícias ou bons e maus políticos. Agora não podemos é deixar que se aplique também aqui a célebre Lei de Gresham, da boa e da má moeda, e que no fim **a má moeda expulse a boa moeda.**

Os maus já estão a pagar pelas maldades que fizeram.....

Os Armeiros, os Caçadores e os Atiradores Desportivos **são pessoas de bem e tiveram de o provar** junto dos relevantes departamentos da PSP e de outros organismos do Estado, como condição para que uns pudessem exercer a sua actividade profissional e os outros pudessem praticar o seu desporto preferido.

Por isso **repudiamos de todo** a desconfiança ou más interpretações a que muitas vezes somos sujeitos.

Para nós o uso das armas é fundamental e fazemo-lo em consciência e com consciência, logo tendo em conta as regras de segurança que estão inerentes. Os **acidentes de caça são em número absolutamente incipiente**, e isto não se deve necessariamente às regras explicitadas na Lei 5/2006 – já antes desta o comportamento dos caçadores em termos de segurança e uso de arma era igualmente bom, pois a ética e os costumes transmitidos, de geração para geração, para isso têm contribuído.



Associação dos Armeiros de Portugal

A Associação dos Armeiros de Portugal, nos últimos 5 anos, tem vindo a tentar **sensibilizar e a pedir às entidades competentes** e em particular ao MAI, à Assembleia da República e à DN PSP para que a normalidade e a rapidez impere, por forma a não matar actividades que podem ser uma significativa fonte de receita para Portugal.

Assim e para terminar, resta-me desejar, em nome da Associação dos Armeiros de Portugal, que **as dificuldades burocráticas que temos vivido com a implementação da Lei 5/2006 e 42/2006, e agora mais recentemente com as alterações introduzidas com a Lei 17/2009 sejam rapidamente resolvidas** para que as actividades relacionadas com a caça e com o tiro desportivo se possam desenvolver de uma forma célere e próspera à semelhança do que acontece nos outros Países da União Europeia.

Muito obrigada, pela vossa atenção.